

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE DE DEUS
(TANCREDO NEVES): IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL**

Nadia Verçosa de Medeiros Raposo¹
Regina Yanako Moriya²
Kiki Pinheiro Melo Braga³
Katrin Ludwig Soares⁴

RESUMO

Durante o período de agosto 2015 a setembro de 2016, professoras e alunos da Universidade do Estado do Amazonas implementaram a Agenda 21 local na Comunidade de Deus, no bairro de Tancredo Neves. Este projeto teve como objetivo elaborar o plano de desenvolvimento sustentável da localidade, através do planejamento de políticas públicas envolvendo a sociedade civil e os governos estadual, municipal e federal em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais, promovendo debates sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local. Fez-se o diagnóstico socioeconômico ambiental que mostrou que 10% dos jovens e adolescentes são analfabetos, apenas um de cada três moradores das casas gera renda, sendo que essa renda muitas vezes vem de trabalho informal, a comunidade é carente de infraestrutura, tanto em relação a asfalto e iluminação das ruas quanto a adequação da unidade básica de saúde, lazer e qualidade de vida, uma vez que não existem espaços culturais ou esportivos para o desenvolvimento de atividades. A Comunidade de Deus se disse insegura e violenta. As dificuldades encontradas pelo público alvo foram discutidas com o poder público estadual, municipal e com a pró-reitoria de extensão da Universidade do Estado do Amazonas. A descrença da Comunidade de Deus quanto à implementação das soluções propostas no fórum, a falta de comprometimento não só das autoridades públicas locais assim como das lideranças comunitárias, e a falta de continuidade das atividades após a implantação da Agenda 21 local não devem servir, no entanto, como argumentos para não se implantar novas agendas tanto na capital como no interior do estado.

Palavras-chave: Implementação, Agenda 21, comunidade.

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN COMMUNITY OF GOD (TANCREDO
NEVES): IMPLEMENTATION OF THE LOCAL AGENDA 21**

ABSTRACT

During the period from August 2015 to September 2016, teachers and students from the State University of Amazonas implemented the local Agenda 21 in the Community of God in the district of Tancredo Neves. The objective of this project was to elaborate the local sustainable development plan by planning public policies involving civil society and state, municipal and federal governments in a broad and participatory consultation process on local environmental, social and economic problems Promoting debates on solutions to these problems through the

¹ Doutora em Biologia pela Universidade Joseph Fourier (Grenoble 1/França)

² Doutora em Biotecnologia Industrial pela Escola de Engenharia de Lorena /USP

³ Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Estadual de Campinas

⁴ Aluna de graduação do curso de Engenharia Química da Universidade do Estado do Amazonas

identification and implementation of concrete actions aimed at local sustainable development. An environmental socioeconomic diagnosis was made, which showed that 10% of young people and adolescents are illiterate, only 1 out of every three dwellers generates income, and this income often comes from informal work, the community lacks infrastructure both in relation Asphalt and street lighting as to the suitability of the basic unit of health, leisure and quality of life, since there are no cultural or sporting spaces for the development of activities. The community of God is said to be insecure and violent. The difficulties encountered by the target public were discussed with the state and municipal public authorities and with the pro-rectory of the State University of Amazonas. The disbelief of the Community of God regarding the implementation of the proposed solutions in the forum, the lack of commitment not only of the local public authorities as well as the community leaders, and the lack of continuity of the activities after the implementation of the local Agenda 21 should not serve, in the However, as arguments for not implanting new agendas both in the capital and in the interior of the state.

Keywords: implementation, Agenda 21, community

INTRODUÇÃO

A Rio – 92 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que reuniu chefes de Estado e representantes oficiais de 179 países, e organizações não governamentais de todo o mundo em um evento paralelo – o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais. Este encontro se configurou em uma tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir e divulgar a nova concepção de *Desenvolvimento Sustentável*. Esse evento trouxe a tona para o Brasil a necessidade de enfrentar a crise ambiental e ao mesmo tempo retomar o desenvolvimento, fortalecendo a democracia e a estabilidade da economia (SENADO, 2017).

A Agenda 21 é um documento resultado da Rio 92. E foi [e ainda] é considerado o documento mais abrangente desse encontro que selou um compromisso socioambiental entre os participantes. Esta agenda traz para a pauta das discussões globais a necessidade de uma promoção da consciência ambiental e fortalecimento das instituições para o desenvolvimento sustentável, buscando propor caminhos para alcançar no atual século, harmonizando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BARROS et al., 2009). É importante entender que a Agenda 21 não é apenas um documento que traz ações obrigatórias para os Estados, e sim uma espécie de manual para guiar os países ao desenvolvimento de um novo tipo de sociedade. Entende-se que a Agenda 21 pode ser definida como um processo, pois seu objetivo é: a mudança de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto, ambientalmente predatório economicamente inviável no longo prazo, para um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de compatibilizar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Assim, a implementação dessas ações fica dependente de dois fatores

sociais: da ação dos governantes e da mobilização da sociedade (CHAVES e CASTELLO, 2013). Para a aplicação dessas ações é necessário dividir a Agenda 21 em agendas regionais, nacionais e locais (DAHER, 2010).

Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local vem ao encontro com a necessidade de se construir instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável. O processo de Agenda 21 Local pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto da sociedade civil (MMA, 2016). O ponto de partida é a formação de um grupo de trabalho composto por representantes da sociedade e governo (no caso de um município ou determinada territorialidade), podendo ter a liderança de qualquer segmento da comunidade (governo, ONG, instituição de ensino, por exemplo). As atribuições desse grupo devem envolver desde a mobilização e a difusão dos conceitos e pressupostos da Agenda 21, até a elaboração de uma matriz para a consulta à população sobre problemas enfrentados e possíveis soluções, incluindo o estabelecimento de ações sustentáveis prioritárias a serem implementadas no processo de construção da Agenda 21 Local (MMA, 2016).

Os principais desafios da Agenda 21 Local, consistem no planejamento voltado para a ação compartilhada, na construção de propostas pactuadas, voltadas para a elaboração de uma visão de futuro entre os diferentes atores envolvidos; condução de um processo contínuo e sustentável; descentralização e controle social e incorporação de uma visão multidisciplinar em todas as etapas do processo. Desta forma, governo e sociedade estão utilizando este poderoso instrumento de planejamento estratégico participativo para a construção de cenários consensuados, em regime de corresponsabilidade, que devem servir de subsídios à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental (MMA, 2016).

A Amazônia Brasileira - uma das regiões com maior biodiversidade do planeta, tem como desafio a superação da pobreza e a garantia dos direitos de cidadania - pode encontrar um novo caminho de desenvolvimento com o Plano Amazônia Sustentável e com a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais. Esse resultado somente será possível com a sinergia com e entre as experiências de desenvolvimento local justo e sustentável, em um panorama marcado pelos princípios centrais da Rio 92: as mudanças climáticas, a diversidade biológica e a própria Agenda. Os movimentos sociais e ambientais da região oferecem uma experiência importante para o panorama político dessas transformações (CHAVES e CASTILHO, 2013).

Algumas comunidades mostraram resultados no Encontro Nacional das Agendas 21 Locais, promovido pelo Programa Agenda 21 - SDS/MMA em parceria com a Expo Brasil 2003 em Belo Horizonte. Um dos casos, por exemplo, é o trabalho com óleos aromáticos em Silves (AM), aonde a variedade de aromas da floresta vem sendo pesquisada e apropriada por moradores desde que a simples extração do pau-rosa espécie dizimada para a produção de famoso perfume internacional mostrou que a sustentabilidade social também deveria caminhar junto com a proteção ambiental. Iniciativas de busca de novos caminhos podem igualmente ser encontradas em todos os estados amazônicos, em centenas de projetos, com resultados variados diante das condições locais e do nível de apoio político em cada região da Amazônia (CHAVES e CASTILHO, 2013).

A proposta de desenvolvimento justo e sustentável inspirado nos princípios da Agenda 21 vem sendo desenvolvida em múltiplos locais - e com nomes bastante variados. Existem muitos municípios onde esse processo aconteceu com a criação de fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), especialmente na Amazônia Oriental. No final de 2003, o Subprograma de Proteção de Recursos Naturais (SPRN) participou em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente do edital (2/2003) para a construção de Agendas 21 Locais por prefeituras, complementadas por planos municipais de intervenção em áreas alteradas. A prioridade ficou para municípios com maiores taxas de desmatamento e menores taxas de desenvolvimento humano e foram contemplados 33 municípios do chamado "arco do desmatamento" (CHAVES e CASTILHO, 2013).

Manaus, capital do Estado do Amazonas, nas últimas quatro décadas, passou por um intenso crescimento populacional, crescimento este num ritmo muito mais intenso do que as demais cidades brasileiras, pois teve a sua população quintuplicada, passando de 300.000 para 1,8 milhões de habitantes de acordo com o senso demográfico de 2010 (GAZETADOPOVO, 2017) e ainda, segundo o IBGE (2017) a estimativa é de 2,0 milhões de habitantes em 2016.

O crescimento populacional acelerado da cidade de Manaus, a partir da década de 1980, provocou a expansão indiscriminada da ocupação urbana. Nesse período, foram criados inúmeros bairros, parte destes dentro da esfera do planejamento local, mas a maioria não foi planejada. Santos (2009) verificou que, dos “56 bairros fixados na Lei no 287/1995, que dispõe sobre reordenamento urbano, aproximadamente 55% são originários de ocupações, ou seja, apenas 45% foram planejados. Mesmo nos bairros planejados é possível identificar áreas subnormais.”

A prefeitura do município reconhece, desde 2010, 63 bairros oficiais, entretanto, há dezenas de bairros que não são reconhecidos pelo órgão administrativo, sendo então considerados como integrantes de outros bairros. Dentre todas as regiões administrativas da cidade, a zona Sul é a maior em número de bairros, com um total de 18 bairros, sendo também a mais densamente povoada. No entanto, os bairros mais populosos são encontrados nas zonas Norte e Leste, como a Cidade Nova e o Jorge Teixeira, que possuem cada um, mais de 100 000 habitantes (WIKIPEDIA, 2017). Como ocorre nas demais capitais brasileiras, o rápido crescimento populacional de Manaus não foi acompanhado de investimentos em infraestrutura, tampouco por controle sobre o uso e ocupação dos solos urbanos enfrentando um conjunto de problemas típicos de processos de crescimento urbano rápido e desordenado (GALLI, 2011).

No estado do Amazonas, ano de 2000, por exemplo, 53% da população viviam abaixo da linha de pobreza. Decorrente desta proporção, o estado ocupou a oitava pior posição no país. Um terço da população foi classificada como indigente o que significa que em todo o estado havia cerca de 1,3 milhão de pobres, sendo 773 mil indigentes. Somente em Manaus havia 35% da população pobre, em média, 445 mil pobres, e 17% eram indigentes, em média, 209 mil indigentes (IDH-M, 2006).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (UNDP, 2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Segundo IBGE (2017) o IDHM de Manaus foi de 0,737 (desenvolvimento humano alto) no ano de 2010. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) no Brasil, o bairro manauara com melhor qualidade de vida e Índice de Desenvolvimento Humano é o Nossa Senhora das Graças, que possui um IDH de 0,943 (muito alto), qualidade de vida semelhante ao da Noruega, por exemplo. Entretanto, também se encontram em Manaus locais com índices de pobreza semelhante aos de países pobres, como a comunidade de Grande Vitória, que possui um IDH de 0,658 (médio), semelhante ao da Bolívia, ou a comunidade de Parque São Pedro, detentor de um IDH de 0,688 (médio), que permite compará-la ao Vietnã. No total,

treze comunidades e bairros em Manaus foram classificados como em estado de "pobreza" e outros dois como em "extrema pobreza". A região da cidade tida como de melhor qualidade de vida é a Centro-Sul, além de outras localidades como Ponta Negra e algumas partes do bairro Cidade Nova. A região de maior incidência de pobreza é encontrada nas comunidades de Nova Vitória, Grande Vitória e nos bairros Cidade de Deus e partes do Jorge Teixeira e Tarumã (UNDP, 2017).

As comunidades inseridas na cidade de Manaus de um modo geral evidenciam a carência de um levantamento das reais necessidades locais. Sendo assim, a Agenda 21 surge como uma importante e essencial ferramenta para que a comunidade perceba os problemas que a envolvem e suas potencialidades. A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas, que envolve a sociedade civil local em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos da Comunidade, abrangendo o debate sobre soluções para esses problemas juntamente ao poder público, visando à implementação de ações concretas que atendam às demandas do público alvo a fim de propiciar o desenvolvimento sustentável local (MMA, 2016).

Nesse sentido, a construção de Agendas 21 Locais nessas regiões podem vir a consolidar os processos de desenvolvimento sustentável, bem como fortalecer os Fóruns deliberativos, institucionalizados, que sirvam como um instrumento de caráter atemporal e suprapartidário de controle social das comunidades locais. Desta forma está-se pactuando junto à sociedade a construção de cenários consensuados, em regime de corresponsabilidade, que devem servir de subsídio à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar o desenvolvimento econômico, a justiça social e o equilíbrio ambiental, sobre uma mesma base ética. (CHAVES e CASTILHO, 2013).

Diante do exposto acima, o presente estudo objetivou aplicar a Agenda 21 Local e promover, por meio da pesquisa e argumentação, as condições necessárias para a discussão dos aspectos sociais, econômicos e ambientais locais, além de analisar possíveis soluções e construir propostas para as demandas levantadas através de ações concretas para viabilizar o desenvolvimento sustentável local.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos e de gestão, no esforço da comunidade em obter a sua Agenda 21 Local, a extensão universitária vai permitir que a comunidade acadêmica encontre na sociedade, a oportunidade da prática agregar valores ao conhecimento acadêmico e ao

retornarem a universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado submetido à reflexão teórica. Essa troca de saberes terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional e a democratização do conhecimento acadêmico, na participação efetiva da comunidade em atuação com a Universidade adotando a metodologia descrita a seguir:

Escolha do Cenário

O público alvo, ou seja, a Comunidade de Deus, surgiu durante a elaboração do Plano Diretor da Cidade ocorrido no ano de 2002, quando a área do bairro foi subdividida em diversas comunidades (conjunto Nova Floresta, São Lucas, Nova Conquista, Novo Reino e Comunidade de Deus), fazendo fronteira com os bairros da Cidade Nova, Jorge Teixeira, Distrito Industrial e São José Operário (Figura 1). O bairro Tancredo Neves está localizado na Zona Leste de Manaus, que possuía 447 946 habitantes em uma área de 363 hectares, com uma população de 48833, no ano de 2010, correspondendo a uma densidade demográfica de 16.000 hab/km², com quase 13000 domicílios particulares (IBGE, 2010).



Fonte: GOOGLEMAPS (2017)

Figura 1. (A) Mapa do bairro Tancredo Neves (B) Ruas da Comunidade de Deus

A escolha deste cenário se deu por demanda das “lideranças comunitárias” que procuram a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pedir informações sobre a possibilidade da UEA fazer projetos para minimizar os problemas existentes nas áreas de educação, saúde, segurança, transporte, infraestrutura básica, esgoto, água encanada, luz, violência, desemprego entre muitos, uma vez, a instituição que possui profissionais capacitados em todas as áreas e teria condições de fazer ações e ainda servir de facilitador na relação poder público e sociedade civil. A Comunidade de Deus, localizada no Bairro

Tancredo Neves (cidade de Manaus), ainda observaram-se graves problemas sociais e ambientais que afetam a qualidade de vida de seus moradores.

Desenvolvimento das atividades

As atividades foram realizadas no período de agosto 2015 até setembro de 2016, por uma equipe de três professoras coordenadoras e dois alunos bolsistas de graduação e cerca de cinco voluntários da própria comunidade. Para a obtenção dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica e entrevistas diretas com aplicação de cem (100) questionários onde se obteve informações de situações concretas através de relatos pessoais e de experiências vivenciadas sobre o assunto em questão, originando diagnóstico da Comunidade de Deus (VERGARA,1990; LAKATOS, 2003).

Para que o objetivo do trabalho fosse alcançado foram realizadas 6 etapas a saber: 1. Sensibilização e Mobilização que se iniciou pela apresentação do projeto à Líder Comunitária e posteriormente foi feita a mobilização da comunidade através da distribuição de folders e divulgação do projeto pelos alunos bolsistas, pelas professoras coordenadoras do projeto e com o auxílio de comunitários da Comunidade de Deus (Figura 2) com a posterior abertura e apresentação do projeto à Comunidade alvo (Figura 3); 2. Pesquisa de Campo (foi realizada através de um questionário de perguntas fechadas constando de 58 perguntas abordando questões socioeconômico e ambiental que foi respondido por cerca de 100 pessoas que frequentavam o atendimento médico realizado na Associação de Moradores da Comunidade de Deus; 3. Diagnóstico Socioambiental Comunitário levantado a partir das respostas dos questionários; 4. Reuniões Temáticas em que os moradores identificaram os temas a serem discutidos e elegeram dois representantes comunitários de cada tema; 5. Fórum da Agenda 21 Local Comunitária no qual os temas foram discutidos com os representantes comunitários e o poder público estadual e municipal e 6. Implementação de Fórum Permanente. A criação de um Fórum permanente de desenvolvimento sustentável local - ou seja, que aborde os aspectos ambientais, sociais e econômicos locais - com o real envolvimento dos diferentes atores é etapa fundamental para a sustentabilidade dos processos. Para este Fórum foi eleito um presidente, um vice e uma comissão para que as ações na comunidade sejam contínuas e dinâmicas, tendo a missão de preparar, acompanhar e avaliar um plano de desenvolvimento sustentável local de forma participativa. É essencial que os participantes continuem levando para o Fórum as questões nele consensuadas, trazendo de volta ao grupo os resultados e encaminhamentos acordados junto aos demais parceiros (MMA, 2016).



Figura 2. Etapa de Sensibilização e Mobilização da Comunidade de Deus (A) Mobilização no Posto de Saúde. (B) Sensibilização na Associação de Moradores. (C) Mobilização feita pelos alunos bolsistas da UEA.



Figura 3. Abertura da Agenda 21 Local na Comunidade.

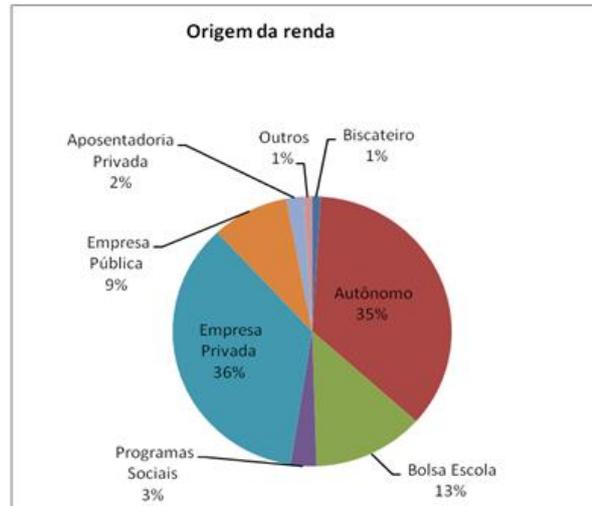
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados são do diagnóstico socioeconômico ambiental, das reuniões temáticas e as discussões obtidas em dois fóruns. Os resultados do diagnóstico socioeconômico ambiental foram apresentados como distribuição de renda, educação, saúde, segurança, infraestrutura e bem estar social.

Origem da Renda

Considerando o número de habitantes por casa, observou-se que a origem da renda vem de empresa privada (36%) e de atividades autônomas (35%). Outro ponto importante observado foi que a participação da comunidade em programas sociais foi de 3% e que 13% das famílias recebiam bolsa escola (Figura 4).

Das famílias entrevistadas da Comunidade de Deus, 50% são constituídas de 2 a 3 pessoas e 38% das casas possuem de 4 a 6 moradores (Figura 5A). Uma taxa de 35% de comunitários autônomos pode-se dizer que é uma taxa relativamente alta de emprego informal. Outro dado alarmante sobre as condições dos moradores da Comunidade de Deus é que apenas um indivíduo gera renda em 63% das moradias (Figura 5B).



*Nota: biscateiro: trabalhos ocasionais ou de pouca remuneração

Figura 4. Origem da renda dos moradores da Comunidade de Deus.

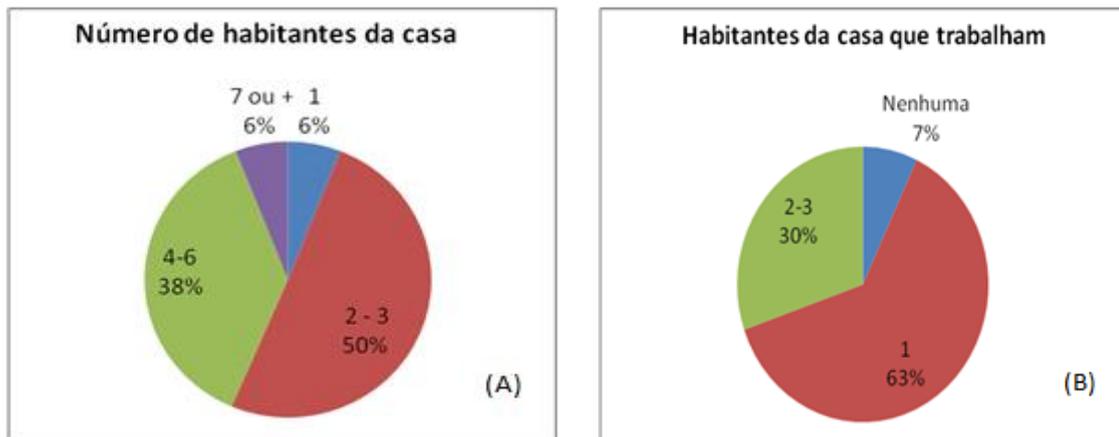


Figura 5. (A) Número de habitantes de cada casa. (B) Habitantes que trabalham por casa.

Segundo o IBGE (2015) o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos em Manaus e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.0%. No presente trabalho foi constatado que 10% dos comunitários não apresentam renda e 56% recebem até um salário mínimo.

De acordo com o Portal Amazônia (2004) em 72 % dos domicílios pesquisados havia pelo menos um adulto desempregado e em 76% dos domicílios havia pelo menos, um morador trabalhando sem carteira de trabalho assinada, apenas um indivíduo trabalhava em 58% das moradias. Esses dados vêm corroborar com os dados encontrados na Comunidade de Deus em 2016, assim sendo, demonstrando que houve um aumento de desemprego de 9% em 12 anos e queda na geração de renda, ocasionando menor desenvolvimento humano, uma vez que,

segundo Schor e Alves-Gomes (2011) o IDHM do bairro Tancredo Neves era de 0,689 (médio).

Educação

Neste diagnóstico realizado em 2016, observou-se que existe uma demanda reprimida de 12% entre as crianças de 7 a 12 anos (Figura 6A), apesar de existir uma escola de ensino fundamental no bairro. Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE (2015) a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos no município de Manaus foi de 94,2 em 2010. Infelizmente, a realidade da Comunidade de Deus, em 2016, se mostrou diferente do censo do IBGE, pois se constatou que 10% dos adolescentes são analfabetos (Figura 6B).

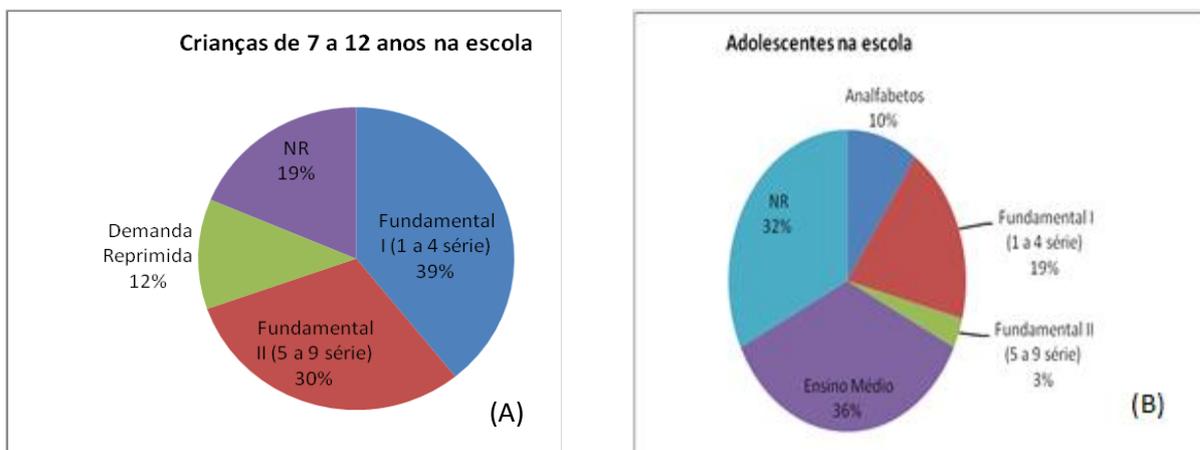


Figura 6. (A) Escolaridade de crianças de 7 a 12 anos. (B) Escolaridade de adolescentes.

Em 2004, uma pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Amazonas (UFAM) (Portal Amazônia, 2004) no bairro Tancredo Neves, demonstrou que 53% dos jovens dos 15 aos 17 anos, não frequentavam a escola, o que indicava que avançar para o ensino médio não era uma realidade para todos os moradores do bairro. No presente estudo foi verificado que 38% dos jovens e adultos frequentavam a Escola para Jovens e Adultos (EJA). Enquanto que, em 2004 a expectativa de frequentar o ensino médio não era grande, esta realidade foi modificada na Comunidade de Deus, uma vez que houve uma melhora na expectativa de conclusão do ensino médio (38%), realidade alcançada possivelmente, devido à existência de duas escolas de ensino médio no bairro.

Entre os adultos 62% são analfabetos, 10% cursaram somente o ensino fundamental I, 28% não completaram o ensino fundamental e ainda, menos de 5% apresentou ensino superior completo (Figura 7).

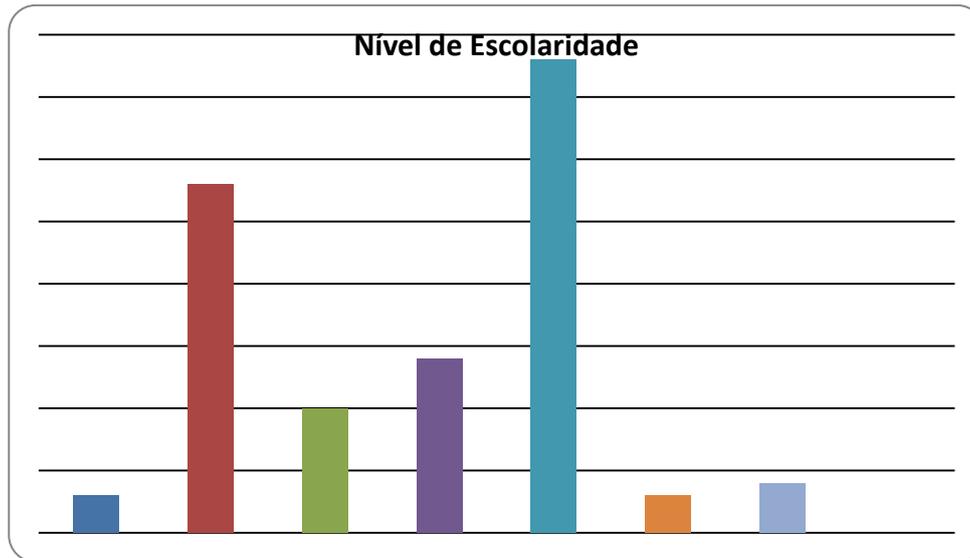


Figura 7. Nível de escolaridade do público-alvo.

Saúde

Segundo os moradores da Comunidade de Deus, o atendimento a saúde é precário, uma vez que há carência de médicos na Unidade Básica de Saúde (UBS) e ainda a estrutura da UBS se mostrou muito pequena em relação à demanda da população local. Foi constatado, através do diagnóstico socioeconômico ambiental que os habitantes, ou seja, o público-alvo era acometido por verminoses e diarreia, 54% e 25% respectivamente. A incidência de diarreia não é exclusiva da comunidade estudada nesse trabalho, o Projeto Geo-Cidades (2002) verificou um grande número de ocorrências de diarreias em todas as áreas, com destaque para as Zonas Norte e Leste e ainda as internações devido a diarreias são de 1 para cada 1.000 habitantes no município de Manaus (IBGE 2015).

Verificou-se através do Diagnóstico Socioeconômico Ambiental que 84% dos moradores recorrem a UBS e/ou aos hospitais públicos e que 60% dos entrevistados fazem uso de plantas medicinais em casa quando acometidos por enfermidades.

Segurança

Dentre os aspectos negativos ressaltados pelo público-alvo foi em relação à segurança, uma vez que 40% dos moradores consideraram a comunidade violenta e insegura devido à ausência de policiamento e iluminação nas ruas. Segundo o Portal Amazônia (2004) 84% dos moradores do bairro Tancredo Neves estavam descontentes com a segurança pública. Desse modo, guardando as devidas proporções entre a Comunidade de Deus (parte do bairro Tancredo Neves) e o bairro todo do Tancredo Neves, a situação permanece a mesma não havendo grandes avanços de melhoria nessa área.

Infraestrutura

A maior parte da população encontra-se nas zonas norte e leste da cidade, sendo a Cidade Nova (norte) o bairro mais populoso, com mais de 300 mil moradores. Em Manaus, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) foi de 0,774. A esperança de vida na cidade foi superior a 63 anos, 76,9% dos domicílios foram atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica, 64,61% pela rede de esgoto e 86,54% são atendidos pela coleta de lixo. Sendo que 68,61% contavam com abastecimento de água (Projeto GEO-Cidades, 2002).

Segundo o Jornal do Comercio (Portal da Amazônia, 2004) o Departamento de Geografia da UFAM realizou um diagnóstico socioeconômico do bairro Tancredo Neves e encontrou os seguintes resultados: 92% das ruas são pavimentadas, apesar da má qualidade do asfalto. 86% das moradias são servidas por água encanada, embora esta não chegue com regularidade, variando muito o horário, e 97 % são beneficiados com energia elétrica, 59 % dos moradores possuem casas de alvenaria, enquanto os demais habitam casas de madeiras ou mistas, alvenaria e madeira.

Através do Diagnóstico Socioeconômico Ambiental realizado neste trabalho constatou-se que 92% das ruas são pavimentadas, 82 % das moradias são servidas por água encanada sendo que 11% pela rede comunitária e 6 % de poço artesiano. Quanto à energia elétrica, 79 % dos moradores são servidos pela rede pública. A pesquisa também informou que 84% dos moradores possuem casas de alvenaria com títulos de propriedade, enquanto 15% habitam casas de madeiras e 1% mistas, alvenaria e madeira. Ao se comparar a infraestrutura do bairro Tancredo Neves em 2004 (Portal da Amazonia, 2004) com a atual (2016) da Comunidade de Deus percebeu-se que não houve alterações neste cenário.

Durante a execução do projeto (observação in loco) concluiu-se que, em se tratando de comércio, a localidade Comunidade de Deus é bem servida. Encontram-se padaria, mercadinhos, salão de beleza entre outros e na via principal grandes lojas e shoppings.

Qualidade de Vida/Bem Estar

Qualidade de vida é o método utilizado para medir as condições de vida de um ser humano ou é o conjunto de condições que contribuem para o bem físico e espiritual dos indivíduos em sociedade (WIKIPEDIA, 2017) e por ser um termo muito subjetivo usaremos bem estar.

Quando se pretende aferir a qualidade de vida e do acesso ao serviço de saúde, um dos fatores que deve ser observado é a causa de mortalidade da população. É notório que fatores

tais como as condições socioeconômicas, a infraestrutura e a salubridade ambiental são de suma importância para que uma população tenha um bom nível geral de saúde e de bem estar. Em Manaus, devido ao intenso crescimento populacional ocorrido nas três décadas passadas, com o surgimento de um grande número de comunidades ocupando áreas invadidas e sem infraestrutura básica adequada, houve uma redução das condições de salubridade dos habitantes (Projeto GEO-Cidades, 2002).

O bem estar na Comunidade de Deus é muito baixo, uma vez que não há um centro apropriado para atividades culturais e esportivas, não há quadras de esporte ou áreas de lazer, ausência total de áreas verdes fazendo com que crianças e jovens fiquem na rua vulneráveis ao aliciamento e tráfico de drogas. 19% dos entrevistados relataram a ausência de lazer e esporte, 12% avaliaram a comunidade como não participativa, não solidária e triste.

Resultados das reuniões temáticas

Nas reuniões temáticas foram eleitos dois comunitários por tema, sendo cinco os temas debatidos: Educação, Saúde, Segurança, Infraestrutura e Serviços e Qualidade de vida na Comunidade. Os representantes comunitários participaram da etapa de realização do fórum.

Resultados dos fóruns

Foram realizados dois Fóruns, o primeiro foi realizado no dia 28 de junho de 2016 na Escola Estadual Jorge Karam Neto (Figura 8), no qual estiveram presentes somente representantes de órgãos estaduais: Secretaria de Assistência Social (SEAS), Fundo de Promoção Social, Meio Ambiente (SEMA), o delegado do 14°CICOM e o representante da Polícia Militar.



Figura 8. Primeiro Fórum da Agenda 21 Local.

Na área da educação as representantes comunitárias relataram que na comunidade só existe uma escola de ensino médio sendo que a comunidade pede cursos de artesanato e profissionalizantes. Foi relatado que crianças da quinta série não sabem ler e que é necessário ter aulas de reforço escolar.

Quanto à saúde, o morador (eleito porta voz dos moradores) reivindicou a presença da carreta da mulher, unidade oftalmológica e pediu palestras sobre drogas e bebidas.

Quanto à segurança levantou-se a necessidade de intensificação da Ronda no Bairro, policiamento na porta da escola uma vez que os alunos estavam sendo assaltadas. Como resposta a esses levantamentos, segundo o delegado, a polícia trabalha com a informação, pois não tem condições de estar 24 h nas ruas e, portanto, a comunidade deve auxiliar fornecendo informação dos locais com ocorrências delituosas. O delegado comunicou que a polícia tem serviço de atendimento psicossocial na delegacia. Dando continuidade, o tenente da polícia militar informou que a polícia militar faz ronda nas escolas das 10h da manhã até às 5h da tarde diariamente trabalhando preventivamente. O tenente enfatizou a necessidade da realização dos boletins de ocorrência, B. O, nas delegacias que a partir deles a polícia faz o levantamento das chamadas manchas criminais ou vermelhas.

No tema relacionado à infraestrutura foi levantado pelos comunitários a necessidade da construção de uma ponte, de asfalto, limpeza de bueiros e igarapés, reforma do Casarão (Associação de Moradores) e da UBS, da falta de água e de um horário fixo da coleta de lixo. Em resposta a essas reivindicações a representante da Secretaria de Estado de assistência Social (SEAS) explanou sobre os projetos conduzidos pela própria entidade como o centro de convivência em que são realizadas atividades compartilhadas com outras secretarias como de Estado de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL) secretaria da cultura, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) que realiza cursos profissionalizantes, o Restaurante Popular que oferece refeições a um real e enfatiza a necessidade da comunidade reivindicar por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Foi informado pela secretária do fundo social que o fundo apoia projetos sociais oriundos do terceiro setor e que a secretaria apoia projetos de associações legalmente constituídos e com documentação legalizada e que possua uma sede. A Secretaria de Promoção Social também atua em parceria com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A (AFEAM) que faz empréstimo pessoal sem custos para pequenos comerciantes.

Para que os comunitários tivessem maior bem estar, ou seja, áreas de lazer e locais para práticas esportivas foram requisitados a construção de uma praça, quadras de esportes e um local para fazer caminhada.

Em relação ao meio ambiente, a secretária da Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) informou que tal órgão atua em políticas públicas de áreas temáticas específicas, tais como recursos hídricos e resíduos sólidos, além disso, a SEMA estava fazendo uma campanha de prevenção de queimadas. Outras informações dadas foram de que existe o projeto bom de bola (projeto de futebol), que conjuntamente com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) vem recolhendo animais e que tais serviços deveriam ser requisitados pelos comunitários.

Uma vez que, somente representantes do poder público estadual estiveram presentes no primeiro Fórum, questões que dizem respeito ao poder público municipal ficaram sem respostas para a Comunidade de Deus. Dessa forma, a Comunidade solicitou aos professores coordenadores do projeto Agenda 21 que fosse feito um segundo Fórum. O Segundo Fórum da Agenda 21 foi realizado na data de 15 de julho de 2016 na sala da reitoria da UEA, dessa vez com a presença do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade do Estado do Amazonas, o Coordenador de Extensão, a Coordenadora do Programa de Extensão “Qualidade de Vida”, os representantes comunitários de cada tema e os representantes das secretarias municipais: Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Fundação Municipal de Cultura (MANAUSCULT), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMIF), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a Ouvidoria Municipal e a Casa Militar (Figura 9).



Figura 9. Segundo Fórum da Agenda 21 Local.

As mesmas reivindicações, em cada área temática, foram apresentadas pelos comunitários.

O pró-reitor de Extensão relatou que a partir da reunião do segundo fórum, a UEA através de sua equipe iria incentivar a elaboração de projetos para atender as propostas da Comunidade de Deus, nas vertentes: Educação com o auxílio das licenciaturas, Infraestrutura com as engenharias, Segurança com as pós-graduações em segurança pública, Artes com a Escola de Artes e Turismo e na área da Saúde com a escola de saúde, declarou ainda que deseja que a metodologia da agenda 21 se torne um piloto para outras ações sociais. Quanto à questão de educação o posicionamento do ouvidor foi que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) fizesse uma estatística para verificar a demanda de alunos por vaga nas escolas para se estudar a possibilidade da construção de uma nova escola. O pró-reitor de extensão da UEA relatou que a instituição possui o curso pré-vestibular disponível pela internet, assim seria ideal utilizar o material dentro da escola. A secretária da SEMED relatou da existência de projeto de alfabetização de jovens e adultos e cursos profissionalizantes em parceria com o Senac.

A representante da Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA) reconheceu que a unidade básica da saúde já não atende as demandas da Comunidade de Deus e explicou que para a construção de uma nova unidade de saúde é preciso uma área viável e documentada legalmente. Na sequencia ela esclareceu que as especialidades são função do Estado prover e sobre as palestras solicitadas, bastaria solicitar ao SEMSA.

Na vertente segurança o ouvidor da prefeitura ressaltou que o problema de segurança é da esfera estadual. Como não havia nenhum representante da Secretaria Estadual de Segurança não se podia tomar providencias assim como, nenhum compromisso poderia ser assumido.

Quanto às reivindicações de construção de uma ponte, o secretario do SEMIF pediu o endereço exato e quanto às demais demandas que fosse solicitado através de canal de comunicação 0800 uma vez que a prefeitura faz estatística que auxilia as secretarias na resolução dos problemas.

Foi informado aos comunitários que a MANAUSCULT trabalha com editais e que a prefeitura apoia festas de bairro, folclóricas e carnaval através de pedidos. Outras localidades de realização de cultura e lazer citadas pelo secretário de cultura foram a Cidade da Criança, o museu e o Café Teatro. O pró-reitor de extensão informou que juntamente à secretaria de cultura a UEA possui o festival de cultura e o Museu da Amazônia (MUSA). A representante

comunitária relatou a dificuldade de locomoção dos comunitários até esses locais e sugeriu que essas atividades de lazer e cultura fossem levadas para o bairro. O ouvidor municipal solicitou que a comunidade tome iniciativa de procurar o poder público (ouvidoria) ligando para o número 0800.

Uma vez realizados os fóruns, foi feito o regime interno da Comunidade de Deus para que o fórum permanente fosse implementado.

CONCLUSÃO

Com o apoio da Universidade do Estado do Amazonas, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários foi possível aplicar a metodologia que prega a Agenda 21 local na Comunidade de Deus e constataram-se altos índices de analfabetismo, baixa geração de renda, falta de infraestrutura, de áreas de lazer e esportivas, de atendimento médico adequado e alta violência e criminalidade. Desse modo, mostrando que o público alvo é uma comunidade carente apesar de parte da população estudada ter o ensino médio completo, mas ainda não tiveram a oportunidade de ascender ao ensino superior, possibilitando o aumento da criminalidade. Os problemas que assolam o público alvo foram discutidos nos fóruns juntamente ao poder público, porém observou-se a falta de comprometimento não só das autoridades públicas locais assim como das lideranças comunitárias. Observou-se também que é necessário fazer trabalho de orientação das lideranças comunitárias. A falta do comprometimento das autoridades públicas locais com os projetos sociais e a necessidade de orientar as lideranças comunitárias pode dificultar a continuidade das atividades após a implantação da Agenda 21 local.

Mesmo com todas estas dificuldades, a implantação das Agendas 21 locais na capital e no interior do Estado do Amazonas é de suma importância para que se possa ter em um futuro próximo uma sociedade melhor seja na vertente social como ambiental. Esta posição vem corroborar com a reflexão feita por Fantin (2011) ao analisar implantação da Agenda 21 local no município de Mocajuba no Estado Pará.

REFERÊNCIAS

BARROS Ana Lúcia Barros, Charles Silva ARAÚJO, Frida da Silva SOUZA, Gislaine Regina POZZETTI e João Marcelo SILVA. **Agenda Ambiente Escolar**. Secretaria Municipal de Educação. 2009.

CHAVES, Debora Almeida, CASTELLO, Rebecca Nascimento. **O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial**. X SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2013.

DAHER, R. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21**. Conjuntura Internacional- PUC. 2010.

FANTIN, Jader Tadeu. **Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 115-124, jan./jun. 2011.

GALLI, Luiz Fernando. **Programa Ambiental e Social dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM III)**. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/rel-gestao-amb-prosamim3.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

GAZETA DO POVO. **Crescimento das cidades pressiona a Amazônia**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/crescimento-das-cidades-pressiona-a-amazonia-30wzr9a70wsh5kyj8z5p9lqm>>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 – aglomerados subnormais primeiros resultados**. Rio de Janeiro. 2017. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=130260&idtema=118&search=amazonas%7Cmanaus%7Cmunicipal-human-development-index-mhdi-&l>>

_____. **Censo 2010: Indicadores de Bairros - Região Norte**

_____. **Cidades**. ibge.gov.br/v4/brasil/am/manaus/panorama, 2015.

GOOGLEMAPS. Mapa do bairro Tancredo Neves. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=mapa+bairro+tancredo+neves+manaus&source=lnms&sa=X&ved=0ahUKEwiDysLK1sHVAhWDHZAKHa8BBjsQ_AUICSgA&biw=1280&bih=621&dpr=1> Acesso em 04 de agosto de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5ª ed. – Ed. Atlas 2003.

MMA, 2016. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Local**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local>>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

PORTAL AMAZÔNIA. **Tancredo Neves, bairro de Manaus**. Disponível em <<http://www.portalamazonia.com.br>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

Projeto **GEO-Cidades**. Relatório Urbano Ambiental Integrado. Informe GEO Manaus. 2002.

SANTOS, C. **Direito à moradia na cidade de Manaus.** Disponível em: Acesso em: 14 maio 2015.

SCHOR, Tatiana e ALVES-GOMES, José Antônio. **VULNERABILIDADE SOCIOECOLÓGICA EM MANAUS.** Revista GEONORTE, Vol.01, N.02, Ano 02, p. 57-78, 2011.

SENADO. **Rio-92, Agenda 21 e Objetivos do Milênio:** programas para o meio ambiente e desenvolvimento dos países com energia limpa. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/rio-92-agenda-21-e-objetivos-do-milenio-programas-para-o-meio-ambiente-e-desenvolvimento-dos-paises-com-energia-limpa.aspx>>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

UNDP. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em 04 de agosto em 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Sugestões para a estruturação de projetos de pesquisa.** Rio de Janeiro (RJ). Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública Departamento de Pesquisa e Publicação; 1990 (Caderno de Pesquisa 02/91).

WIKIPEDIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Manus>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

_____. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade_de_vida>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

AGRADECIMENTOS

À UEA pela concessão das bolsas e por apoiar financeiramente este projeto. Ao delegado Cristiano Castilho e ao tenente Michell. Ao pró-reitor de extensão e assuntos comunitários da UEA, as secretarias municipais e estaduais que participaram dos fóruns e aos comunitários Graciney Ramos, Eliane Neponuceno, Maria Lúcia Valente de Leão, Josias Ferreira dos Santos e James Aleixo sem os quais esse projeto não teria êxito e cumprido sua proposta.